

Ajuste deve ser auto-aplicável, diz Reis Velloso

Para o ex-ministro, plano deve ser aprovado com intervenção mínima do Congresso

IRANY TEREZA

BRASÍLIA – O governo deverá tentar aprovar o programa de ajuste fiscal com intervenção mínima do Congresso. “O acordo fiscal deve ter certas características e uma delas é ser praticamente auto-aplicável”, afirmou ontem o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, à saída de uma audiência de mais de duas horas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Para Reis Velloso, a urgência na tomada de decisões servirá para restituir com mais rapidez a credibilidade do Brasil no mercado internacional e evitar que o País recorra ao crédito de R\$ 30 bilhões que o Fundo Monetário Internacional (FMI) colocará à disposição.

A auto-aplicação, ou seja, a vigência imediata de medidas governamentais sem necessidade de trâmite no Congresso é um mecanismo possível apenas em questões administrativas ou assegurado por instrumentos como as medidas provisórias.

O programa terá alguns efeitos instantâneos e, para Reis Velloso, o principal será a retomada da credibilidade, que traria de volta as linhas de crédito e desbloquearia os financiamentos no exterior a empresas brasileiras. “O governo está rigorosamente no caminho certo e pode ficar na confortável situação de ter o crédito do FMI sem precisar usá-lo”, diz.

Reis Velloso considerou factível a meta do governo de atingir, no ano que vem, superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e 3% até 2001. “Não é um número aleatório”, diz o ex-ministro.

“Os 26 bilhões ou R\$ 28 bilhões decorrentes dessa operação servirão para pagamento dos juros da dívida e vão evitar que o Estado se endivide mais ainda”, explicou. Para ele, duas consequências do programa são fundamentais: o superávit e a margem de manobra que o governo terá na conta de juros.

A aprovação do programa de ajuste fiscal, a ser divulgado na semana que vem, será uma espécie de ponte para a mudança estrutural que será feita com as reformas constitucionais, especialmente a Tributária e a da Previdência.

MEDIDAS
DEVEM ATINGIR
MAIS A
PREVIDÊNCIA

O programa será uma ação de emergência para 1999, como classificou Reis Velloso. “Um dos setores mais importantes a serem atingidos com o ajuste é a Previdência, um dos grandes responsáveis pelo desequilíbrio do Tesouro.”

Reis Velloso chegou ao ministério pouco antes das 11 horas para um encontro com Malan, que, segundo ele, estava agendado há um mês.

Ontem, a rotina no Ministério da Fazenda foi retomada com o retorno da equipe técnica que foi a Washington para negociar o acordo com o FMI. O secretário executivo do Ministério, Pedro Parente, chegou cedo, mas não deu entrevistas. O secretário de Política Econômica, Amaury Bier, que o acompanhou na visita de quatro dias aos Estados Unidos, também não deu declarações.